Demonstrações contábeis

Águas de Votorantim S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações contábeis	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil Tel: +55 21 3263-7000

lel: +55 21 3263-7 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da **Águas de Votorantim S.A.** Votorantim - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Águas de Votorantim S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Águas de Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ090174/O-4

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

_	Nota	2021	2020
Ativo			_
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.917	14.119
Contas a receber de clientes	7	8.483	7.544
Estoques	8	1.519	887
Créditos com partes relacionadas	17	35	20
Tributos a recuperar		8	34
Despesas antecipadas		267	34
Outros ativos		61	90
		19.290	22.728
Não circulante Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - vinculadas		409	318
Tributos diferidos	16	138	994
Depósitos judiciais	15	35	26
Ativo de direito de uso		62	332
		644	1.670
Imobilizado	9	1.730	1.868
Intangível e ativo de contrato	10	73.161	66.392
mangron o auro do cominato		75.535	69.930
		94.825	92.658

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	1.184	1.100
Empréstimos e financiamentos	12	7.136	8.715
Arrendamentos	12	73	297
Obrigações tributárias	13	778	429
Obrigações trabalhistas		1.329	1.191
Ônus da concessão	14	142	136
Obrigações com acionistas	17	6.340	5.363
Débitos com partes relacionadas	17	298	238
Outros exigíveis	18	750	1.036
	_	18.030	18.505
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	45.082	43.294
Arrendamentos	12	-	69
Provisões para contingências	15	1.358	3.573
		46.440	46.936
Patrimônio líquido	19		
Capital social		15.400	14.300
Reservas de lucros		14.955	12.917
	_	30.355	27.217
	_		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

94.825

92.658

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita líquida Custo dos serviços prestados Lucro bruto	20 21	59.301 (37.100) 22.201	50.970 (29.768) 21.202
Receitas (despesas) operacionais Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais	22	(11.467) (27) (11.494)	(15.262) 269 (14.993)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		10.707	6.209
Receitas financeiras Despesas financeiras	23 23	1.199 (5.821)	888 (3.635)
Resultado financeiro, líquido		(4.622)	(2.747)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.085	3.462
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16b 16b	(1.114)	(1.837)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(856)	681
Lucro líquido do exercício	_	4.115	2.306

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	4.115	2.306
Total do resultado abrangente do exercício	4.115	2.306

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	_		Reservas d	le lucros			
	Capital social	Legal	Investimentos	Retenção de Lucros	Total	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2020	13.100	1.013	723	10.623	12.359	-	25.459
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.306	2.306
Aumento de capital	1.200	-	-	(1.200)	(1.200)	-	-
Proposta de destinação do resultado do exercício Reserva legal Reserva de investimentos Dividendos porpostos Reserva para retenção de lucros	- - - -	115 - - -	- 82 -	- - - 1.561	115 82 - 1.561	(115) (82) (548) (1.561)	- (548)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.300	1.128	805	10.984	12.917	-	27.217
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.115	4.115
Aumento de capital	1.100	-	-	(1.100)	(1.100)	-	-
Proposta de destinação do resultado do exercício Reserva legal Reserva de investimentos Dividendos porpostos Reserva para retenção de lucros	- - - -	206 - - -	- 147 - -	- - - 2.785	206 147 - 2.785	(206) (147) (977) (2.785)	- (977)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.400	1.334	952	12.669	14.955	-	30.355

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:	4.115	2.306
Depreciação e amortização	4.414	4.598
Ônus da concessão	1.895	1.798
Encargos financeiros, despesas e receitas de juros	5.201	3.136
Variações monetárias Atualização monetária das contingências	139 138	96
Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber	416	281
Provisões (reversões) para contingências	(2.353)	2.387
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.114	1.837
Imposto de renda e contribuição social diferidos	856	(681)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	7	154
Lucro ajustado	15.942	15.912
Variações no ativo		
Contas a receber	(918)	(277)
Estoques Per fatte indicinio	(632)	(333)
Depósitos judiciais Tributos a recuperar	(9) (89)	(7) (52)
Despesas antecipadas	(233)	85
Outros ativos	29	(46)
Aplicações financeiras - vinculadas	(91)	(94)
Créditos com partes relacionadas	(15)	(4)
Variações no passivo	(1.958)	(728)
Fornecedores	84	541
Débitos com partes relacionadas	60	(4)
Obrigações tributárias	116	(18)
Obrigações trabalhistas	138	18
Outros exigíveis Fluxo de caixa líquido aplicado nas operações	(286)	(4)
Tiuxo de caixa figuido aplicado fras operações	(1.040)	(193)
Ônus da concessão pago	(1.556)	(1.462)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(766)	(2.058)
Juros pagos	(3.128)	(1.515)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	8.646	10.682
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(111)	(112)
Adições ao intangível	(10.988)	(7.321)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(11.099)	(7.429)
Tiuxo de Caixa liquido aplicado has atividades de litvestimentos	(11.099)	(1.423)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	5.121	6.953
Amortização de obrigações por arrendamento Amortização de empréstimos e financiamentos	(311) (7.559)	(278) (1.818)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(2.749)	4.857
Traxo de baixa riquido (apricado rias) gerado peras atrivadades de infariolariteritos	(2.143)	4.007
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.202)	8.110
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.119	6.009
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.917	14.119
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.202)	8.110

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Águas de Votorantim S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Avenida Reverendo José Manoel da Conceição, 1.593, Protestantes, no Município de Votorantim, São Paulo - Brasil, controlada em conjunto pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. - SAAB e SGA - Sistemas de Gestão Ambiental S.A., é uma sociedade de propósito específico que explora os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário através do Contrato de Concessão entre o município de Votorantim (Concedente) e a Águas de Votorantim S.A. (Concessionária), vencedora do processo licitatório que deu origem ao contrato de nº 46/2012 de 30 de março de 2012, com vigência de 30 anos, a partir da data de assunção do sistema pela Concessionária, ocorrida em 18 de junho de 2012, com término previsto para 17 de junho de 2042. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no limite territorial urbano do município de Votorantim, estado de São Paulo. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da concessão.

A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados.

O presente contrato de concessão possui cláusulas de outorga (paga ao poder concedente no início do contrato) e das taxas de regulação (TRA) e de fiscalização (TRF), equivalentes a 1,5% cada sobre o valor bruto efetivamente arrecadado pela Concessionária no mês, pagas à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Votorantim - AGERV, em atendimento à Lei Municipal nº 2.202 de 14 de abril de 2011.

Em setembro de 2021 a prefeitura de Votorantim sancionou e promulgou a lei Ordinária nº 2832, de 1º de setembro de 2021 a qual dispõe sobre a extinção da Agência Reguladora de Serviços Delegados do Município de Votorantim – AGERV, altera a Lei nº 2.202, de 14 de abril de 2011, e autoriza o Chefe do Poder Executivo municipal a firmar convênio de cooperação com a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – ARES-PCJ, para delegação das competências municipais de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para o Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos não amortizados ou depreciados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1 Impactos da crise da COVID-19

Em dezembro de 2019, um surto de uma doença contagiosa, Corona vírus 2019 (COVID-19), começou na China continental e, desde o início de 2020, o vírus se espalhou pela Europa, Estados Unidos e vários outros países, incluindo o Brasil, sendo decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020.

Desde então, a administração da Concessionária instaurou o Comitê de Crise e de Continuidade do Negócio, que vem acompanhando os impactos e possíveis incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da Concessionária de continuar como uma empresa em andamento.

Visando preservar a saúde de seus funcionários e apoiar a prevenção do contágio em suas áreas administrativas e operacionais, a Concessionária disponibilizou infraestrutura tecnológica (conexões, equipamentos e acessos) para atender à demanda por trabalhos remotos (*home office*), revisão dos protocolos de saúde e segurança e intensificação da higienização dos ambientes de trabalho, antecipação do programa de vacinação contra a gripe, uso de plataformas colaborativas para promover reuniões e encontros virtuais e a implementação de novas funcionalidades na agência virtual, de forma a migrar o atendimento dos clientes para os canais remotos. Gradativamente, com o acompanhamento da segurança do trabalho e da equipe médica, houve a retomada do trabalho presencial.

Adicionalmente, a Concessionária realizou ações externas para auxiliar no combate à COVID-19 e contribuir com a sociedade, como doações de cobertores e cestas básicas ao Fundo Social de Solidariedade (FSS) de Votorantim e 166 EPIs para a Secretaria Municipal de Saúde.

Nos exercícios de 2021 e 2020, no entanto, a Concessionária apresentou uma infraestrutura robusta, sendo parte de um segmento extremamente importante, essencial para a população e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Concessionária não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Concessionária, e foram arredondadas para milhares de Reais (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

Em 22 de março de 2022, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis

3.1. Classificação corrente versus não corrente

A Concessionária apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade n\u00e3o tem direito incondicional de diferir a liquida\u00e7\u00e3o do passivo durante pelo menos 12 meses ap\u00e3s a data do balan\u00e7o.

A Concessionária classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.2. Mensuração do valor justo

A Concessionária mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada período de divulgação.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Concessionária.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Mensuração do valor justo--Continuação

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Concessionária utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Concessionária determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Concessionária determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.3. Receita operacional

i) Receita de contrato com o cliente

As receitas de prestação de serviço de tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujo serviço já foi prestado, são contabilizadas através do ajuste por competência.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%.

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição dos bens e direitos, líquido de depreciação acumulada.

A depreciação é calculada segundo o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral.

3.6. Intangível e ativo de contrato

i) Reconhecimento e mensuração

O intangível e ativo de contrato estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por dedução do valor recuperável, quando aplicável.

ii) Contratos de concessão

As Sociedades de Propósitos Específicos - SPE (Concessionárias) possuem contratos de concessão pública de serviço de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelos serviços, durante a sua vigência. Assim, a Concessionária reconhece como ativo intangível esse direito.

A amortização do ativo intangível e ativo de contrato refletem o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária.

3.7. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Concessionária para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Concessionária tenha aplicado o expediente prático, a Concessionária inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros -- Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento se seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração do valor justo

A Concessionária mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada período de divulgação.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Concessionária.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros -- Continuação

Mensuração do valor justo--Continuação

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Concessionária utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Concessionária mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

A Concessionária mensura os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros -- Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A Concessionária mensura como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, as variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A Concessionária mensura como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição.

Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão.

3.9. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

Em 2021, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.11. Destinação do resultado

No encerramento do ano, a Concessionária destina seus resultados entre dividendos e reservas, na forma prevista na legislação societária. Com relação aos dividendos, a distribuição é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Concessionária. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas ou pago, o que ocorrer primeiro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Provisões para contingências

As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação da Administração e de seus assessores legais, de acordo com a quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis.

3.13. Benefícios a empregados

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional.

Plano de previdência privada de funcionários

Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária.

3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício.

3.15. Arrendamentos

A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Arrendamentos -- Continuação

Ativos de direito de uso

A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.16. Partes relacionadas

A Concessionária reconhece como parte relacionada as transações financeiras com seus acionistas e com as empresas a eles ligadas, direta ou indiretamente, desde que haja relações contratuais formalizadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

3.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) — Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas separando as seguintes atividades:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Concessionária e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

3.19. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.19.Contas a receber de clientes--Continuação

A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis da Concessionária para o exercício de 2021. A Concessionária pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Concessionária ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

Vida útil dos ativos imobilizados, intangíveis e ativo de contrato

A vida útil classificada no ativo imobilizado, intangível e ativo de contrato refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Concessionária. Anualmente, a Concessionária revisa a vida útil desses ativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Provisões para contingências

A Concessionária reconhece provisões para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios:

i) Contas vencidas há mais de seis meses

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R\$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R\$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado.

ii) Contas vencidas há mais de um ano

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R\$5 até R\$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R\$15 até R\$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber.

iii) Perdas gerenciais

São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social.

- -Valores até R\$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014;
- -Valores até R\$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- -Valores maiores que R\$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014;
- -Valores maiores que R\$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- -Valores maiores que R\$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014;
- -Valores maiores que R\$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro

5.1 - Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Concessionária participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Concessionária têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro, que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da empresa, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Concessionária.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos respectivos valores justos.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a oscilações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e riscos de preços.

(i) Risco cambial

As operações efetuadas pela Concessionária são realizadas no mercado interno e, portanto, não são afetadas pela variação cambial.

(ii) Risco de taxas de juros

A exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros decorre da possibilidade de a Concessionária vir a incorrer em perdas por conta de flutuações, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, indexados à variação do CDI, TJLP, TLP e SELIC.

(iii) Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados pela Concessionária são reajustados de acordo com índices definidos no contrato de concessão. As tarifas, de acordo com o contrato de concessão, devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1 - Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

O risco de crédito é representado por contas a receber dos consumidores e clientes da Concessionária em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pelos serviços prestados a uma base de clientes pulverizada. A Concessionária possui provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber no montante de R\$ 228 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 141 em 31 de dezembro de 2020), para fazer face aos riscos de crédito, conforme Nota Explicativa nº 7.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Concessionária.

A Concessionária mantinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 8.917 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 14.119 em 31 de dezembro de 2020), conforme Nota Explicativa n° 6.

5.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 - Gestão de capital--Continuação

	31/12/2021	31/12/2020
Total de empréstimos e financiamentos (Nota explicativa n° 12) (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa n° 6)	52.291 (8.917)	52.375 (14.119)
Dívida líquida	43.374	38.256
Total do patrimônio líquido	30.355	27.217
Total do capital	73.729	65.473
Índice de alavancagem financeira	59%	58%

5.3 – Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros são classificados da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo:		
Avaliados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	8.917	14.119
Aplicações financeiras vinculadas	409	318
	9.326	14.437
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	8.483	7.544
Outros ativos	61	90
	8.544	7.634
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo:		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	52.218	52.009
Arrendamentos	73	366
Dividendos a pagar	6.340	5.363
Fornecedores e outros exigíveis	1.934	2.136
	60.565	59.874

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	163	88
Aplicações financeiras	8.754	14.031
	8.917	14.119

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes (a)	7.834	6.770
Clientes - parcelamento (b)	800	798
Pontos arrecadadores (c)	77	117
	8.711	7.685
Perdas de crédito esperadas para contas a receber	(228)	(141)
	8.483	7.544

- (a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência).
- (b) A conta de "Clientes parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.
- (C) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	'	
Faturado	4.640	4.229
Não faturado	1.753	1.607
Vencidas		
Até 30 dias	1.212	975
De 31 a 60 dias	266	226
De 61 a 90 dias	130	86
De 91 a 180 dias	225	141
Mais de 180 dias	485	421
Total	8.711	7.685

8. Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais de construção civil, chaparias, tubos e barras	13	9
Materiais elétricos e mecânicos	170	99
Materiais hidráulicos	488	468
Materiais de instrumentação industrial	34	19
Produtos químicos e materiais de laboratório	119	78
Materiais de segurança	93	71
Estoque em poder de terceiros	528	2
Materiais e equipamentos custo de suporte	74	141
	1.519	887

Os materiais classificados nesta conta são utilizados na prestação dos serviços relacionados à operação da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

			31/12/2021		31/12/2020
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	898	(670)	228	246
Veículos	20%	165	(104)	61	79
Veículos arrendados	20%	38	(30)	8	16
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	1.934	(620)	1.314	1.391
Máquinas e equipamentos	10%	20	`(11)	9	11
Móveis e utensílios	10%	299	(193)	106	116
Outros imobilizados	10%	51	(47)	4	9
	_	3.405	(1.675)	1.730	1.868

Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	246	76	(4)	(90)	228
Veículos	79 16	16	(3)	(31)	61
Veículos arrendados Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.391	-	-	(8) (77)	8 1.314
Máquinas e equipamentos	11	-	-	(2)	9
Móveis e utensílios	116	19	-	(29)	106
Outros imobilizados	9	-	-	`(5)	4
	1.868	111	(7)	(242)	1.730
	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Equipamentos de informática	31/12/2019	•	Baixas -		31/12/2020
Equipamentos de informática Veículos		Adições 102	-	(79)	
	31/12/2019 223	•	- (3)		31/12/2020 246
Veículos	31/12/2019 223 115	•	-	(79) (33)	31/12/2020 246 79
Veículos Veículos arrendados Benfeitorias em imóveis de terceiros Máquinas e equipamentos	31/12/2019 223 115 23 1.431 13	102 - - 38 -	- (3) - -	(79) (33) (7) (78) (2)	246 79 16 1.391
Veículos Veículos arrendados Benfeitorias em imóveis de terceiros Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios	31/12/2019 223 115 23 1.431 13 136	102 - -	-	(79) (33) (7) (78) (2) (28)	246 79 16 1.391 11 116
Veículos Veículos arrendados Benfeitorias em imóveis de terceiros Máquinas e equipamentos	31/12/2019 223 115 23 1.431 13	102 - - 38 -	- (3) - -	(79) (33) (7) (78) (2)	246 79 16 1.391

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível e ativo de contrato

	_	31/12/2021			31/12/2020
	Taxa de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Valor Iíquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	262	(262)	-	4
Onus da concessão Desenvolvimento de projetos		10.000 191	(3.194) (92)	6.806 99	7.139 131
Concessão/Infraestrutura		61.622	(13.242)	48.380	47.579
Infraestrutura em construção		17.876	-	17.876	11.539
·		89.951	(16.790)	73.161	66.392

Os valores reconhecidos no intangível e ativo de contrato acima demonstrados como concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2021 composto pelos seguintes ativos:

		31/12/2021		31/12/2020
		Amortização	Valor	Valor
	Custo	acumulada	líquido	líquido
Captação	119	(37)	82	87
Adutoras	1.593	(470)	1.123	1.190
Estação de Tratamento de Água - ETA	4.616	(984)	3.632	3.824
Reservatório	3.527	(600)	2.927	3.076
Booster	67	(2)	65	-
Substituição/Expansão de rede de água	8.118	(1.660)	6.458	6.565
Ligação de água	4.606	(488)	4.118	3.404
Ligação de esgoto	2.128	(425)	1.703	1.607
Substituição/Expansão de rede de esgoto	9.078	(1.914)	7.164	7.285
Elevatória - esgoto	2.139	(197)	1.942	1.445
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	9.071	(788)	8.283	8.692
Emissário	3.398	(210)	3.188	894
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.145	(224)	921	967
Máquinas e equipamentos	11.025	(4.519)	6.506	8.076
Veículos	992	(724)	268	467
	61.622	(13.242)	48.380	47.579

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível e ativo de contrato--Continuação

Movimentação do intangível e ativo de contrato:

	Taxa de amortização média do ano	Saldos em 31/12/2020	Adições (i)	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	20%	4	_	(4)	_	_
Ônus da concessão	3,50%	7.139	-	(333)	-	6.806
Desenvolvimento de projetos	3,33%	131	-	(32)	-	99
Concessão/Infraestrutura	-	47.579	62	(3.850)	4.589	48.380
Infraestrutura em construção	-	11.539	10.926	-	(4.589)	17.876
		66.392	10.988	(4.219)	-	73.161

	amortização média do ano	Saldos em 31/12/2019	Adições (i)	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2020
Softwares e aplicativos	20%	10	-	-	(6)	-	4
Ônus da concessão	3,50%	7.472	-	-	(333)	-	7.139
Desenvolvimento de projetos	3,33%	167	-	-	(36)	-	131
Concessão/Infraestrutura	-	38.101	351	(153)	(3.897)	13.177	47.579
Infraestrutura em construção	-	17.783	6.933	` -	` -	(13.177)	11.539
		63.533	7.284	(153)	(4.272)	-	66.392

(i) Custos de empréstimos capitalizados

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R\$ 528 em 31 de dezembro de 2021 à uma taxa média ponderada de 17,70% a.a. (R\$ 350 e 8,23% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

11. Fornecedores

Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Mercadoria	822	885
Serviços	80	57
Infraestrutura	2	145
Valores a pagar plano de saúde e alimentação	275	3
Outros	5	10
Total	1.184	1.100

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e Financiamentos FINAME PSI (a) FINEM (b) Capital de giro (c) (-) Custos de transação Total de Empréstimos e Financiamentos	SELIC/ TJLP/ TLP SELIC/ TJLP/ TLP CDI	2,5% a 9,5% a.a. 1,66% a 6,56% a.a. 1,8% a.a.	1.085 51.705 - (572) 52.218	1.961 46.507 4.095 (554) 52.009
Circulante Não circulante			7.136 45.082	8.715 43.294
Arrendamentos Arrendamentos Arrendamentos direito de uso Total de arrendamento	CDI 7,5% a.a.	2,91% a.a. - -	73 73	2 364 366
Circulante Não circulante			73 -	297 69
Endividamento total		- -	52.291	52.375
Circulante Não circulante			7.209 45.082	9.012 43.363

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	52.009	44.614
Captações	5.164	7.082
Juros e encargos financeiros	5.593	3.617
Variações monetárias	139	96
Amortização de principal	(7.559)	(1.818)
Amortização de juros	(3.110)	(1.476)
Custos de transação	(43)	(129)
Amortização dos custos de transação	25	23
Saldo final	52.218	52.009
Arrendamentos	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	366	273
Adições e remensurações	16	356
Juros e encargos financeiros	20	54
Amortização de principal	(311)	(278)
Amortização de juros	(18)	(39)
Saldo final	73	366
	-	

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

_	,			
⊢m r	araetim/	os e fina	nciam	antae

	31/12/2021			31/12/2020			
		Custos de			Custos de		
	Dívida	transação	Total líquido	Dívida	transação	Total líquido	
2022	-	-	-	3.279	(26)	3.253	
2023	4.427	(30)	4.397	4.036	(26)	4.010	
2024	4.150	(30)	4.120	3.759	(26)	3.733	
Após 2024	37.047	(482)	36.565	32.747	(449)	32.298	
Total	45.624	(542)	45.082	43.821	(527)	43.294	

	Arrendamentos		
	31/12/2021	31/12/2020	
2022	-	69	

(a) Os contratos FINAME PSI vigentes foram obtidos nos exercícios de 2012 a 2019 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e somam R\$ 3.630 de valor contratado. Os contratos de FINAME PSI foram celebrados com prazo de carência de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com términos previstos para 2022 a 2024.

Essas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária, e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. e SGA - Sistemas de Gestão Ambiental S.A.

(b) Os contratos FINEM foram obtidos nos exercícios de 2015 e 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com R\$ 68.656 de valor contratado. Os contratos foram celebrados com prazo de carência de 30 (trinta) ou 49 (quarenta e nove) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com términos previstos para 2030 e 2042.

Essas operações têm como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Votorantim - SP e é amparada por cessão fiduciária de direitos creditórios e conta reserva.

Esses contratos possuem determinadas condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base nos índices financeiros abaixo:

Índice de Alavancagem Patrimonial: igual ou superior a 0,20;

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,1;

Dívida Bancária Líquida/ EBITDA: igual ou inferior a 4,0;

A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2021.

(c) O contrato de capital de giro obtido no exercício de 2019, com R\$ 4.076 de valor contratado, foi totalmente amortizado em novembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
PIS/COFINS/CSLL retidos	22	25
ISS	43	23
IRRF	67	54
PIS	73	58
COFINS	340	269
IRPJ	166	-
CSLL	67	-
	778	429

14. Ônus da concessão

A Concessionária efetuou, no início da concessão, pagamento de R\$10.000 pela delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, referente à outorga.

O valor da outorga foi classificado no ativo intangível e é amortizado, mensalmente, à parcela de 1/360, que corresponde aos 30 (trinta) anos de direito à concessão.

O valor de R\$ 142 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2020) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura Municipal de Votorantim, referente às taxas de regulação (TRA) e de fiscalização (TRF), calculadas com base em um percentual de 3% sobre a arrecadação total.

15. Depósitos judiciais e provisões para contingências

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais.

As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

		31/12/2021			31/12/2020	
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Trabalhistas	132	19	113	151	26	125
Cíveis	1.226	16	1.210	3.422	-	3.422
Total	1.358	35	1.323	3.573	26	3.547

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos judiciais e provisões para contingências--Continuação

Abaixo demonstramos as movimentações ocorridas no exercício:

Saldo Inicial 31/12/2020	3.573
Adição	101
Baixa	(2.454)
Adição At. Monetária	138
Saldo Final 31/12/2021	1.358

Processo cível - Ação indenizatória

Foi realizado acordo referente processo cujo autor ingressou com ação indenizatória, por meio da qual pleiteava o pagamento das verbas supostamente devidas em função de alegada responsabilidade pelo acidente de trânsito envolvendo um prestador de serviço da Concessionária ocorrido em dezembro de 2015, que teria culminado em danos materiais, morais e estéticos. O acordo foi homologado pelo Juízo, com valor de indenização em R\$ 1.500, em 09 (nove) parcelas, com valores distintos e não sequenciais, sendo o vencimento da primeira parcela em 30 de setembro 2021 e a nona parcela, vencendo em 15 de outubro de 2023.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2021 os valores de R\$ 360 para contingências cíveis (R\$ 282 em 31 de dezembro de 2020), R\$ 397 para contingências trabalhistas (R\$ 984 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 500 para contingências ambientais (R\$ 200 em 31 de dezembro de 2020).

ICMS incidente sobre os encargos de transmissão e conexão na entrada de energia elétrica

Foi ajuizada ação declaratória, em face da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, através da qual foi requerida liminarmente a abstenção de cobrança do ICMS sobre tarifas de uso do sistema - TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) e TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) e a limitação da tributação à parcela relativa ao fornecimento de energia elétrica propriamente dito, bem como a imediata suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do artigo 151, inciso V, do Código Tributário Nacional, até ulterior deliberação. Os autos principais encontram-se suspensos em razão do incidente de demandas repetitivas, prosseguindo, somente, em relação ao incidente de descumprimento da liminar – multa.

Multiplicação de economias

Há, atualmente, uma demanda que tem como objeto o questionamento, de que a Concessionária realizaria a cobrança pelo serviço de fornecimento de água através da multiplicação do consumo mínimo pelo número de economias, não observando o consumo real auferido pelo único hidrômetro instalado no local, o que, no entender dos consumidores, seria ilegal, porém considera legal o critério de economias para fins de aplicação da tarifa progressiva. Atualmente, todas as demandas encontram-se suspensas por decisão do STJ, em razão da admissão de recursos especiais representativos da controvérsia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição e movimentação dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2020	Resultado	31/12/2021
Provisões perdas de crédito esperadas para contas a receber	48	29	77
Provisões para contingências	1.215	(753)	462
Provisão participação nos lucros	101	` -	101
Arrendamentos	10	(6)	4
Outros	(33)	38	5_
Ativo fiscal diferido	1.341	(692)	649
Juros capitalizados	(118)	(177)	(295)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014 (i)	(224)	11	(213)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/ 2014	(5)	2	(3)
Passivo fiscal diferido	(347)	(164)	(511)
Diferido líquido	994	(856)	138

De acordo com o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença entre o total da amortização contábil e fiscal na data base de 31 de dezembro de 2014 é adicionada na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, em parcelas fixas mensais, durante o prazo restante de vigência do contrato de concessão. O valor realizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 31 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2020).

b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	(802)	(1.332)
Contribuição social	(312)	` (505)
Imposto de renda diferido	(629)	`501 [°]
Contribuição social diferida	(227)	180
Total	(1.970)	(1.156)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social--Continuação

Conciliação da taxa efetiva:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Alíquota nominal	6.085 34%	3.462 34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(2.069)	(1.177)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo: Permanentes - despesas indedutíveis Outros ajustes Efeito referente à alíquota de adicional do imposto de renda Incentivo empresa cidadã (Lei n.º 11.770/08) Programa de Alimentação do Trabalhador (Decreto nº 9.580/18) Total do imposto de renda e da contribuição social	(11) 45 24 21 20 (1.970)	(52) - 24 15 34 (1.156)
Alíquota efetiva	32,37%	33,39%

17. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas estão discriminados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	35	17
Águas de Araçoiaba S.A.	-	2
Concessionária Águas de Paraty S.A.	-	1_
Total do ativo circulante	35	20
Passivo circulante: Obrigações com acionistas (b)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	3.804	3.217
SGA - Sistemas de Gestão Ambiental S.A.	2.536	2.146
	6.340	5.363
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	298	238
Total do passivo circulante	6.638	5.601

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas--Continuação

	31/12/2021	31/12/2020
Contrato de fruição de utilidades comuns (a) Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	(2.106)	(1.851)
Despesas Contrato de gestão - Management Fee (a) Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. AGS - Adm. E Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil SANO Saneamento e Participações S.A.	(1.501) (500) (500) (2.501)	(1.409) (470) (470) (2.349)
Contrato de prestação de serviços (c) AGS - Adm. E Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil	(740)	(116)

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições consideradas pela Administração da Concessionária como compatíveis com as de mercado, levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações.

- (a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de mercadorias ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., AGS Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil e SANO Saneamento e Participações S.A., acionistas da SGA Sistema de Gestão Ambiental S.A.
- (b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar.
- (c) Contrato firmado com a AGS Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil para prestação de serviços de engenharia consultiva na área de gestão de perdas de água, com prazo determinado de 18 (dezoito) meses. Finda esta vigência, o instrumento poderá ser renovado ou prorrogado.

A seguir demonstramos as remunerações do pessoal-chave da Companhia:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações	179	27
	65	21 7
Encargos Sociais		7
Plano de saúde	14	2
Plano de previdência	6	1
Outros	4	
Total	268	37

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Outros exigíveis

O saldo da conta de outros exigíveis tem a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Dortisinas se nos lueros empregados	252	252
Participação nos lucros - empregados	252	252
Retenção contratual	379	272
Obras a realizar - custo de suporte	72	141
Despesas gerais	-	79
Adiantamentos de clientes	5	250
Outros	42	42
Total	750	1.036

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado no montante de R\$ 15.400 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 14.300 em 31 de dezembro de 2020) está representado por 15.400.000 (quinze milhões e quatrocentos mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de dezembro de 2021, ocorreu o aumento do capital social no valor de R\$ 1.100, integralizado mediante capitalização de parte da reserva de retenção de lucros.

	31/12/2021		31/12/2020	
Posição acionária	Quantidade de ações	Participação (%)	Quantidade de ações	Participação (%)
SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	9.240.000	60	8.580.000	60
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A.	6.160.000	40	5.720.000	40
	15.400.000	100	14.300.000	100

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos

A Concessionária constitui reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

d) <u>Dividendos</u>

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 21 do Estatuto Social.

Destinação dos lucros para distribuição de dividendos:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido Constituição da reserva legal - 5%	4.115 (206)	2.306 (115)
Base de cálculo dos dividendos	3.909	2.191
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	977	548

e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

20. Receita líquida

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida é composta como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços Receita de construção Cancelamentos	53.855 10.742 (280)	49.314 6.412 (182)
Receita Bruta	64.317	55.544
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(4.950)	(4.542)
Descontos concedidos	(66)	(32)
Receita líquida	59.301	50.970

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Custos dos serviços prestados

São compostos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Ônus da concessão Amortização da concessão	(1.562) (333)	(1.464)
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(2)	(5)
Energia elétrica	(5.160)	(4.247)
Custo de construção	(10.742)	(6.412)
Materiais e manutenção aplicados nos serviços	(2.270)	(2.033)
Salários e benefícios a empregados	(9.219)	(8.190)
Utilização de imóveis e telefonia	(19)	(10)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.781)	(1.632)
Serviços de terceiros	(2.271)	(1.484)
Depreciações e amortizações	(3.599)	(3.649)
Outros	(142)	(309)
	(37.100)	(29.768)

22. Despesas gerais e administrativas

São compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(360)	(398)
Provisão perdas de crédito esperadas para contas a receber	(416)	(281)
Salários e benefícios a empregados	(5.149)	(4.788)
Utilização de imóveis e telefonia	(247)	(266)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(262)	(318)
Serviços de terceiros	(5.420)	(4.969)
Despesas com contencioso	(536)	(298)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(10)	(21)
Depreciações e amortizações	(426)	(541)
Provisão (reversão) para contingências	2.353	(2.387)
Outras	(994)	(995)
	(11.467)	(15.262)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receitas (despesas) financeiras

São compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Juros com aplicações financeiras	561	297
Juros e multas vinculadas à operação	636	591
Outras	2	-
	1.199	888
Despesas financeiras:		
Juros com empréstimos e financiamentos	(5.593)	(3.617)
Juros capitalizados	528	350
Juros sobre arrendamentos	(20)	(36)
Reversão de juros sobre arrendamentos	-	181
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(139)	(96)
Variação monetária sobre contingências	(138)	-
Tributos sobre operações financeiras	(67)	(51)
Descontos concedidos	(200)	(244)
Outras	(192)	(122)
	(5.821)	(3.635)

24. Seguros

A Administração de Águas de Votorantim S.A. adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	seguradas
Riscos de engenharia e RC obras	31/12/2021 a 31/12/2022	82.103
Responsabilidade civil - D&O	27/09/2021 a 27/09/2022	50.000
Riscos operacionais	17/01/2022 a 17/01/2023	65.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2022 a 17/01/2023	10.000
Riscos ambientais	22/12/2021 a 22/12/2022	5.000
Seguros de veículos	17/10/2021 a 17/10/2022	703
Garantia de concessão	27/03/2021 a 27/03/2022	691
Máquinas e equipamentos	17/10/2021 a 17/10/2022	350
Seguro empresarial	23/12/2021 a 23/12/2022	618
Fiança locatícia	24/12/2021 a 25/12/2022	46

Contadora

Gabriela Ferreira Nunes Alves Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 CPF: 080.376.027-29